

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Departamento de Direito Processual

Disciplina – DPC 215 (Teoria Geral do Processo)

1º Seminário (questões práticas sobre crises jurídicas e espécies de tutela jurisdicional, bem como tutela diferenciada: identificação, conceituação e caracterização, a partir de casos hipotéticos enunciados)

Professor Associado Ricardo de Barros Leonel

QUESTÕES

1. Com relação à ementa do acórdão abaixo, identifique: (a) as crises jurídicas envolvidas e (b) a natureza dos respectivos provimentos jurisdicionais necessários para debelá-las.

“APELAÇÃO. Reconhecimento de paternidade. Suposto pai falecido antes do nascimento do autor. Avó paterna não compareceu ao IMESC para realizar exame de DNA. Presunção ‘juris tantum’ da paternidade; inteligência da Súmula 301 do Superior Tribunal de Justiça. Prova oral consistente em provar que a genitora do autor e o falecido viviam em união estável quando da gravidez. Reconhecimento da paternidade mantida e inclusão do autor como dependente no INSS a fim de receber auxílio por morte deixado pelo falecido. Alimentos avoengos têm caráter subsidiário e não foi provada condição financeira confortável da avó paterna para manutenção dos alimentos avoengos. Considerando que o autor passou a receber benefício previdenciário e o caráter subsidiário desse tipo de alimentos, necessária sua revogação. Sentença parcialmente reformada para revogar os alimentos avoengos. Recurso parcialmente provido” (TJSP, Apelação Cível n.º 0001971-19.2012.8.26.0319, Rel. João Baptista Galhardo Júnior, 2ª Câmara de Direito Privado, julgamento: 11/03/2022).

2. Julia e José, casados, firmaram com TGP Participações Imobiliárias Ltda. compromisso de venda e compra para aquisição de apartamento, mediante pagamento parcelado do preço, no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais). Após o pagamento de todas as parcelas do preço, Julia e José compareceram à sede da empresa promitente vendedora para que lhes fosse transferida a propriedade do imóvel, por meio da lavratura de *Escritura de Venda e Compra*. Não obstante, recusa-se a empresa TGP Participações Imobiliárias Ltda. a lhes transferir a propriedade do imóvel, sob o argumento de que o saldo devedor ainda não teria sido quitado, uma vez que os pagamentos efetuados por Julia e José teriam levado em consideração critério de correção monetária diverso daquele previsto no compromisso de venda e compra. Diante de tal situação, indaga-se: (a) qual a crise jurídica de Julia e José, em relação à empresa TGP Participações Ltda. e qual seria a tutela jurisdicional adequada a ser pleiteada? (b) qual a crise jurídica da empresa TGP Participações Imobiliárias Ltda. em relação à Julia e José e qual seria a tutela jurisdicional a ser pleiteada?

3. Com relação à ementa do acórdão abaixo, responda: (a) qual a crise jurídica que o Autor pretendeu debelar com o ajuizamento de ação declaratória? (b) qual a crise jurídica correlata que existe, sob o ponto de vista do órgão responsável pelo fornecimento de energia elétrica? (c) qual a tutela jurisdicional necessária para debelá-la? (d) em seu ponto de vista, a orientação adotada no acórdão está correta?

“FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO DE CONHECIMENTO PROPOSTA PARA DECLARAR A INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. IMPROCEDÊNCIA. EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. A sentença proferida tem eficácia meramente declaratória, pois se limitou a reconhecer a existência de dívida, cujos contornos para a sua determinação estabeleceu. Não havendo preceito condenatório, inadmissível se mostra reconhecer a existência de título executivo” (TJSP, Agravo de instrumento n.º 0199835-86.2011.8.26.0000, Rel. Armando Toledo, 31ª Câmara de Direito Privado, julgamento: 08/11/2011).

4. Leia atentamente as ementas dos acórdãos abaixo:

“Apelação – Mandado de Segurança – Concurso Público Deficiente físico - Pretensão do impetrante de ver-se reintegrado ao certame público, para concorrer na qualidade de deficiente físico em face de sua desclassificação para disputar com os candidatos não portadores de deficiência e conseqüente não habilitação – Decisório que merece subsistir – Prova pré-constituída incapaz de demonstrar o direito alegado impossibilidade de se aferir o comprometimento de suas funções físicas sem a realização de nova perícia médica, o que implicaria dilação probatória – Ilegalidade ou abuso de poder não demonstrados - Evidente ausência de direito líquido e certo a amparar a concessão da segurança Reexame necessário e recurso voluntário providos.” (TJSP – Apelação 0304483-88.2009.8.26.0000, Rel. Rubens Rihl, 8ª Câmara de Direito Público, julgamento: 23/11/2011).

“RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA - RESERVA DE VAGA NEGADA PELA ADMINISTRAÇÃO DEVIDO À COMPROVAÇÃO DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA UNILATERAL - MATÉRIA DE DIREITO - POSSIBILIDADE DE IMPETRAÇÃO DO WRIT - APLICAÇÃO ERRÔNEA DA RESOLUÇÃO Nº 17/2003 DO CONADE - LEI Nº 7.853/89 - DECRETOS Nºs 3.298/99 e 5.296/2004 - DIREITO LÍQUIDO E CERTO - RECURSO PROVIDO. 1. A matéria de que trata os autos, qual seja, saber se a surdez unilateral vem a caracterizar deficiência física ou não, é matéria de direito, que não exige dilação probatória, podendo, por conseguinte, ser objeto de mandado de segurança. (...) 5. Recurso ordinário provido.” (STJ – RMS 20.865/ES, Rel. Ministro Paulo Medina, Sexta Turma, julgado em 03/08/2006, DJ 30/10/2006, p. 418).

(a) As situações retratadas em ambos os acórdãos são diferentes ou seria possível afirmar o acerto de uma decisão e o desacerto da outra? (b) Quais as características da tutela jurisdicional diferenciada estão presentes no mandado de segurança?

5. Sobre as ementas dos acórdãos, responda: (a) qual a natureza da tutela jurisdicional pleiteada pelo Autor? (b) Que característica essencial da tutela jurisdicional diferenciada se evidencia no fundamento utilizado nos acórdãos?

“POSSESSÓRIA – Reintegração de posse de imóvel c. c. indenização – Falta dos requisitos do art. 561 do CPC – Hipótese em que o direito alegado pela autora está fundado no "jus possidendi", mas ela não teve posse anterior do imóvel que reivindica – Natureza petitória da pretensão que não é compatível com o pedido de reintegração de posse – Precedentes desta Corte – Ação possessória julgada improcedente – É resguardado o direito da autora a buscar, por via adequada, as indenizações sucessivas requeridas – Sentença de improcedência da ação mantida – Honorários recursais – Cabimento - Honorários advocatícios majorados de 10% para 15% sobre o valor da causa, em obediência ao art. 85, § 11, do CPC – Recurso desprovido” (TJSP Apelação Cível n.º 1005309-44.2020.8.26.0176, Rel. Álvaro Torres Júnior, 20ª Câmara de Direito Privado, julgamento: 27/02/2024).

“AÇÃO MONITÓRIA – Cheque prescrito – Documento hábil para a cobrança, independentemente de alegações referentes à causa subjacente da emissão — Inteligência do disposto na Súmula n.º 531 do STJ e no art. 61 da Lei n.º 7.357/85 - Sentença de improcedência dos embargos, com acolhimento da ação monitória, mantida – Apelação improvida” (TJSP, Apelação Cível n.º 1000540-45.2019.8.26.0073, Rel. José Tarciso Beraldo, 37ª Câmara de Direito Privado, Julgamento: 24/04/2023).